

Tira-dúvidas

Terra Indígena Raposa Serra do Sol

I. A magnitude das terras indígenas no Brasil

Com 600 pontos demarcados, que abrigam 227 povos e cerca de 480 mil pessoas, as terras indígenas representam:

- 13% do território nacional, ou 109,6 milhões de hectares;
- 108 milhões de hectares na chamada Amazônia Legal, que abrange os estados do Tocantins, de Mato Grosso, Roraima, Rondônia, do Pará, Amapá, Acre e Amazonas.
- 27% da ocupação do território amazônico;
- 46% do território de Roraima, em 32 reservas, com uma população indígena de 44 mil pessoas.

II. A área da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

É o nome de uma terra indígena Makuxi homologada a nordeste do estado brasileiro de Roraima, uma das maiores do País, com área contínua de 1.743.089 hectares e 1.000 quilômetros de perímetro. Está ligada à Reserva São Marcos, na fronteira do Brasil com a Venezuela, dividida entre cadeias de montanhas e imensas planícies, chamadas de lavrado. Nela vivem cerca de 20 mil índios, a maioria deles da etnia Makuxi, além de grupos menores como os Uapixana, Ingarikó, Taurepang e outros.

III. Povos indígenas da região

De filiação Caribe, os índios Pemon e os Capon habitam tradicionalmente uma larga faixa na fronteira entre o Brasil, a Venezuela e a Guiana. No Brasil, ocupam um território ao nordeste de Roraima, mais agrupados entre os Rios Surumu, Tacutu, Maú e a Serra Paracaima.

Divisão dos grupos: pesquisas etnolinguísticas

1. Capons:

- **Akawaio:** habitantes do Vale do Rio Mazaruni, na Guiana;
- **Ingarikó:** habitantes do Vale do Rio Panari, nas cabeceiras dos Rios Cotingo e Maú – Irenge;
- **Patamona:** habitantes dos Vales dos Rios Cuiuni e Siparuni, na Guiana, e no Brasil, da margem esquerda do Alto Mau.

2. Pemon:

- **Kamarakoto e os Arekuna:** habitantes da região da Gran Sabana e das terras baixas adjacentes na Venezuela;
- **Aurepangues:** habitantes das fronteiras do Brasil e Venezuela;
- **Makuxi:** vivem entre as cabeceiras dos Rios Branco (a nordeste) e
- **Rapununi,** concentrados nos Vales dos Rios Surumu, Cotingo e Maú, afluentes da margem esquerda do Tacutu, estendendo seu território tradicional para o leste até atingir a margem esquerda do Rio Rapununi, na Guiana.

Há uma variação no grau de contato entre as diversas sociedades indígenas com a sociedade envolvente. Existem grupos que estabelecem contato mais frequente com os regionais, como os Makuxi da região circunvizinha à Vila Pereira (Surumu), Uiramutã e Mutum. Em contraposição, existem os Ingarikó da Serra do Sol, que mantêm apenas contatos esporádicos com servidores da Funai, missionários, militares, garimpeiros e aventureiros que cruzam a região.

Os índios que vivem mais distantes dos povoados (garimpo, fazendas e vilas) preservam seus valores e hábitos culturais.

IV. Histórico da colonização do território

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1919, registrou algumas ocupações por fazendeiros, quando começou o processo de demarcação física da área.

Ante o vazio populacional em algumas partes do território, com o decorrer dos anos, o governo federal fez aforamentos aos fazendeiros, com base na Lei nº 1.114/60. Esses pontos caíram em comisso, com a consolidação do domínio pleno de muitos fazendeiros em terras de aldeamentos extintos.

A esse respeito, foi editada a Súmula 650, do Supremo Tribunal Federal, que diz “Os incisos I e XI do Art. 20 da CF não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.” Ou seja, as terras não pertencem à União e são válidos os títulos de propriedade resultantes, que foram sendo transferidos por sucessão hereditária ou alienação onerosa para muitos dos atuais fazendeiros, inclusive rizicultores.

A demarcação das terras indígenas é regulada pelo Decreto nº 1.775/96 (ver Artigo sobre Terras Indígenas). Uma das etapas previstas no procedimento de demarcação é a desocupação da terra por não-índios, que deverão ser reassentados (Art. 4º do Decreto nº 1775/96) e indenizados pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé (Art. 231, § 6º, CF/88). Desde então, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incrá) indeniza e reassenta a população não-indígena.

V. A razão do conflito

No começo dos anos 70, os rizicultores chegaram à região. Hoje, a rizicultura é uma atividade de grande importância econômica para o estado. A produção anual alcança 160 mil toneladas do produto, em uma área ocupada de 100 mil hectares, na borda sul da reserva Raposa Serra do Sol, às margens do Rio Surumu. A região é considerada muito boa em termos de qualidade das terras para o cultivo, com o emprego da água do rio no sistema de irrigação. O arroz é vendido principalmente em Manaus e no Pará.

Em 1993, identificada como terra indígena pela Fundação Nacional do Índio (Funai), a área foi demarcada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 15 de abril de 2005, o presidente Lula assinou o decreto de homologação da área. Sem títulos, os produtores não têm direito a indenização pelas propriedades, mas apenas pelas benfeitorias.

A questão é alvo de polêmicas e de divergências. Muitos dos produtores estavam ou estão na região de boa-fé, mediante a compra de terras de antigos fazendeiros. Porém, existem os ocupantes aproveitadores, sem título de propriedade e cientes do processo de demarcação da reserva. Há suspeita de avanço sobre áreas nativas da região por alguns fazendeiros.

Moradores não-indígenas da região, produtores rurais, e até parte da população indígena, reivindicam o desmembramento de pequenas partes da reserva. Eles recorreram à Justiça. As batalhas judiciais prosseguem e o caso ganhou repercussão internacional.

Além dessas questões, a criação do município de Uiramutã serviu para agravar os problemas de ocupação irregular, assim como as quatro vilas habitacionais existentes no centro-norte da área demarcada pelo governo federal.

A demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua também é contestada judicialmente desde o reco-



nhecimento da reserva, seja pelos não-indíios que ocupam as terras, como pelo governo de Roraima. Até 2007, todos os recursos foram negados pelo STF.

VI. Pontos pendentes

Em junho de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a desocupação da reserva. No final de março de 2008, a Polícia Federal iniciou a operação batizada de Upatakon III para cumprir essa decisão.

Não obstante, parte da população reside à desocupação – rizicultores, criadores de gado e a restante população não-índia da região, apoiados por parte dos indígenas, ao lado da Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos do Norte de Roraima (Sodiur) –, gerando um litígio com os indígenas da reserva, organizados em torno do Conselho Indígena de Roraima.

Em abril de 2008, o STF acatou apresentação do governo do estado de Roraima para suspender a ordem de desocupação e o julgamento dos processos de homologação das terras indígenas. A PF permanece na área, mas a chamada Operação Upatakon III foi suspensa. Militares e especialistas alertam para os

riscos de perda de soberania brasileira na reserva.

Em 9 de dezembro de 2008, o STF retomou o julgamento de ação popular que questiona a legalidade da demarcação contínua da **reserva indígena**. A maioria dos ministros (oito dos 11) votou a favor da manutenção da demarcação contínua da área, de acordo com as reivindicações dos índios.

O STF dará a sentença final em 2009 devido ao pedido de vista feito pelo ministro Marco Aurélio Mello. A retomada do julgamento ainda não tem data marcada. Existem 18 recomendações para serem analisadas nas regras de definição das novas reservas. O objetivo é preservar os princípios constitucionais nos processos de demarcação, como no caso em que a União é a dona da reserva. O Estado dá o usufruto da terra, mas ninguém pode vetar a entrada da polícia e das Forças Armadas.

As decisões do STF provavelmente visarão a solucionar a maioria dos conflitos em torno das 227 reservas em processo de demarcação e as 426 já regularizadas. Entre as recomendações consta que só podem ser demarcadas áreas já ocupadas por índio em 1988, quando a Constituição foi promulgada. ■